



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8606

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Modifica e Revoga Leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 09/04/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 48/2013. (ALTERADA). Altera a Lei nº 2.705, de 22/04/1999; revoga a Lei nº 3.228, de 31/05/2004, e dá outras providências. (Dispõe sobre a Política Cultural do Município de Montes Claros; estabelece nova denominação e composição do “Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Montes Claros – COMPAC”). (Referente à Lei nº 4.602, de 27/05/2013, posteriormente alterada pela Lei nº 4.649 de 03/10/2013).

Controle Interno – Caixa: 16.5

Posição: 17

Número de folhas: 23

Especie: PL
Categoria: Modifica
CX: 16.5
Ordem: 17
nº fls: 31

Nº 23/2013



21.05.2013

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.602, de 27/05/2013

PROJETO DE LEI Nº 48/2013

AUTOR:

Executivo Municipal.

ASSUNTO:

Altera a Lei Municipal nº 2.075, de 22 de abril de 1999, Revoga a Lei Municipal nº 3.228, de 31 de maio de 2004 e dá Outras Providências.

MOVIMENTO

1 -

Entrada em 09/04/2013
Comissão Legislação e Justiça.

2 -

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

VISTAS POR 3 REAS EM 14.05.2013
APROVADO EM RECOMENDACAO DE UR-
GENTE EM 21.05.2013
SALVO EMENDAS

MUNICIPIO DE MONTES CLAROS – MG.

GABINETE DO PREFEITO

Av. Cida Mangabeira, nº 211 – Montes Claros – MG – CEP 39.401-002

PROJETO DE LEI N.º **48** DE 09 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.075, DE 22 DE ABRIL DE 1999, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 3.228, DE 31 DE MAIO DE 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 18, seus incisos, alíneas e parágrafos da Lei Municipal nº 2.705, de 22 de abril de 1999, que trata da composição e organização do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros - COMPHAC, que, doravante, denominar-se-á Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Montes Claros - COMPAC, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 - O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Montes Claros - COMPAC será composto dos seguintes membros, entre o poder público municipal e a sociedade civil organizada:

I - PODER PÚBLICO:

- a) Secretário Municipal de Cultura;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;
- e) 01 (um) representante da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Montes Claros;
- f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos;
- g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão.

II – ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) 01 (um) representante do 7º Batalhão de Bombeiros Militar de Minas Gerais;
- b) 01 (um) representante das Instituições de Ensino Superior sediadas em Montes Claros;
- c) 01 (um) representante do Conselho Regional de Engenheiros,



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

GABINETE DO PREFEITO

Av. Cula Mangabeira, nº 211 – Montes Claros – MG – CEP 39.401-002

Arquitetos e Agrônomos - CREA;

d) 01 (um) representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

e) 01 (um) representante do Sindicato da Indústria da Construção do Norte de Minas - SINDUSCON;

f) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros - ACI;

g) 01 (um) representante da 11ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB - Montes Claros;

h) 01 (um) representante do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros - IHGMC;

Parágrafo 1º - Cada membro do COMPAC terá um suplente que o substituirá em caso de falta ou impedimento;


Parágrafo 2º - Os membros do COMPAC serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal e terão mandato de 02 (dois) anos, admitida uma recondução.

Parágrafo 3º - O COMPAC será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, assim como o 1º Secretário(a) e 2º Secretário(a); o 1º Tesoureiro(a) e 2º Tesoureiro(a), para o mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período;

Parágrafo 4º - Ao COMPAC competirá supervisionar o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Montes Claros - FUMPAC, a ser gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, conforme Lei nº 4.195, de 23 de dezembro de 2009 .

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, **especialmente a Lei Municipal nº 3.228, de 31 de maio de 2004**, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros(MG), 09 de abril de 2013.


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 09 DE ABRIL DE 2013
Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 21 DE MAIO DE 2013
PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

LEI Nº 2.705, DE 22 DE ABRIL DE 1999.

Dispõe sobre a Política Cultural do Município de Montes Claros e dá outras providências.

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O pleno exercício dos direitos culturais neste município é assegurado a todos, individualmente ou em sociedade, na conformidade das normas da política cultural estabelecidas nesta Lei.

Capítulo I

Dos Objetivos da Política Cultural

Art. 2º - A Política Cultural do Município compreende o conjunto de ações voltadas para a área cultural e tem como objetivos:

I - criar condições para que todos exerçam seus direitos culturais e tenham acesso aos seus bens;

II - incentivar a criação e produção culturais;

III - promover as manifestações culturais típicas regionais, passadas e atuais;

IV - estimular a pesquisa artística e científica sobre a cultura do município e da região, sobre o povo montesclarenses, suas origens e suas ações, seu meio ambiente, seu modo de vida, suas lutas e conquistas;

V - proteger os bens que constituem o patrimônio cultural do município;

VI - compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e o desenvolvimento e preservação da cultura local em suas mais diversas manifestações;

VII - definir áreas prioritárias de ação governamental relativa à cultura do município;

VIII - atuar em sintonia com a área de Educação, para que a escola seja agenciadora da diversidade cultural.

Capítulo II

Dos Princípios da Política Cultural

Art. 3º - No planejamento e execução de ações na área da cultura serão observados os seguintes princípios:

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

- I - a cultura como fator de desenvolvimento humano e social;
- II - o respeito à liberdade de criação e produção de bens culturais e à sua livre divulgação ;
- III - o respeito à concepção filosófica ou convicção política expressa em bem ou evento cultural;
- IV - a valorização dos bens culturais como expressão da diversidade sócio-cultural do município;
- V - o estímulo à sociedade para a criação, produção, preservação e divulgação de bens culturais, bem como para a realização de manifestações do setor ;
- VI - a atuação de forma organizada e integrada dos órgãos públicos municipais e destes com os Poderes Públicos Estadual e Federal e, principalmente, com as entidades da sociedade civil, para a produção de ações de interesse cultural;
- VII - a descentralização das ações administrativas;

Capítulo III

Do Patrimônio Cultural e Natural

Art. 4º - Compreendem-se especialmente dentre os bens do patrimônio cultural do município de Montes Claros, para os efeitos desta Lei:

- I - os acervos bibliográficos, documental, artístico, administrativo, jornalístico, notarial e eclesiástico, ligados significativamente à formação histórica, social, cultural e administrativa do município;
- II - os objetos culturais marcantes da vida pregressa da gente montesclarenses, de suas etnias, culturas e miscigenações e de seus costumes, trabalhos, artes, ferramentas, utensílios, indumentária e armamento;
- III - os bens representativos de atividades pioneiras no desenvolvimento dos setores primário, secundário e terciário do município, e no de sua infraestrutura material, social e administrativa;
- IV - as obras artísticas de autores montesclarenses ou aqui produzidas, representativas das diversas fases artístico-culturais marcantes do município;
- V - as manifestações folclóricas, em todos os seus aspectos;
- VI - as peças de valor paleontológico, arqueológico e antropológico;
- VII - as áreas de relevante significação histórica, arqueológica ou paleontológica;
- VIII - as reservas biológicas, os parques, as florestas naturais, a flora e a fauna nativas;
- IX - as construções urbanas, suburbanas e rurais, de expressivo significado histórico, arquitetônico ou técnico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

X - os monumentos naturais, os sítios e as paisagens de feição notável, e que, por suas características, devam merecer resguardo por motivos preservacionistas, educacionais, científicos ou de lazer públicos.

Seção I

Da Proteção do Patrimônio Cultural

Art. 5º - Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens culturais de propriedade pública ou particular existentes no município que, dotados de valor estético, ético, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público em sua preservação.

Art. 6º - A Prefeitura terá Livro de Tombo, para inscrição dos bens a que se refere o artigo anterior, cujo tombamento será promovido por indicação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

Parágrafo Único - O tombamento em esfera municipal, dos bens a que se refere esta Lei, somente poderá ser cancelado com aprovação de pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros do COMPHAC.

Art. 7º - As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia e expressa autorização do COMPHAC, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 100% (cem por cento) do valor da obra.

Art. 8º - Sem prévia autorização do COMPHAC, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer edificação que lhe impeça a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, ficando a obra ou objeto irregulares passíveis de destruição ou retirada, impondo-se, neste último caso, multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do mesmo objeto.

Art. 9º - As penas previstas nos artigos 7º e 8º serão aplicadas pela Prefeitura, sem prejuízo da ação penal correspondente.

Art. 10 - Os bens compreendidos na proteção da presente Lei ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano, enquanto o proprietário zelar por sua conservação.

Parágrafo Único - O benefício da isenção será renovado anualmente, a requerimento do interessado e mediante parecer favorável do COMPHAC.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

Art. 11 - A alienação onerosa de bens tombados, na forma desta Lei, fica sujeita ao direito de preferência, a ser exercido pela Prefeitura Municipal de Montes Claros, na conformidade das disposições específicas do Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Seção II

Do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

Art. 12 - Fica criado o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Montes Claros - COMPHAC.

Art. 13 - O COMPHAC é órgão colegiado, autônomo, consultivo e deliberativo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 14 - O COMPHAC tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas para proteção e preservação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico de interesse de preservação do município.

Art. 15 - Compete ao COMPHAC:

I - propor o tombamento dos bens culturais, históricos, naturais e artísticos, de propriedade pública ou particular, existentes no município, que, dotados de valor cultural, histórico, estético, arquitetônico, natural, filosófico ou científico, justifiquem o interesse público na sua preservação;

II - fundamentar as propostas de tombamento, com todos os elementos indispensáveis ao convencimento da importância do bem a ser incluído na medida de proteção municipal ;

III - notificar os proprietários de bens, cujo tombamento é proposto, para o fim de proteção prévia, estabelecendo medida preparatória para o tombamento;

IV - instruir projetos para áreas tombadas e encaminhá-los ao Prefeito Municipal;

V - propor planos de execução de serviços e obras ligados à proteção, conservação ou recuperação de bens, definidos no inciso I do artigo 4º desta Lei, sempre que o orçamento do município permitir;

VI - exercer ações de fiscalização técnica sobre os bens tombados pelo município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

VII - examinar, analisar, orientar e autorizar estudos e projetos de intervenção em bens tombados pelo município;

VIII - fiscalizar e instruir os respectivos processos de isenção de impostos municipais, procedendo à vistoria no imóvel tombado para o qual o benefício é pretendido;

IX - promover e estimular a realização de ações educativas, de identificação, valorização e proteção dos bens culturais, junto à sociedade e a instituições de natureza pública ou privada;

X - proceder a levantamento, pesquisa, registro e difusão dos acervos considerados de interesse de preservação;

XI - encaminhar ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico — IEPHA/MG, anualmente, os requisitos exigidos pelo mesmo, para a habilitação do município, na distribuição do repasse do ICMS - critério Patrimônio Cultural, em conformidade com a Lei Estadual 12.040, de 28 de dezembro de 1995;

XII - aplicar penalidades, no âmbito de sua competência observada a legislação vigente;

XIII - analisar, aprovar ou vetar qualquer projeto público ou privado que implique em impacto sobre o patrimônio cultural do município;

XIV - responder a consultas sobre matéria de sua competência, bem como orientar os interessados e o público em geral quanto à aplicação de normas de proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural e, ainda, divulgar relatório sobre situação do patrimônio cultural no município;

XV - acionar o órgão próprio do Poder Executivo e recorrer ao Poder Judiciário, sempre que houver ações lesivas ao patrimônio tutelado pelo município;

XVI - manter intercâmbio com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, com vistas à mútua cooperação técnica, científica e financeira.

Art. 16 - A consecução dos objetivos do COMPHAC, em face do disposto nos artigos 3º e 4º desta lei, far-se-á por meio de inventário, vigilância, tombamento, conservação, desapropriação e outras formas de acautelamento.

§ 1º - O inventário visa à identificação e ao registro dos bens culturais e naturais, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos de natureza histórica, artística, sociológica, antropológica e ecológica que lhe possibilitem fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do Poder Público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

§ 2º - A vigilância far-se-á por meio de ação integrada com os outros órgãos da administração municipal e as comunidades, mediante a aplicação dos instrumentos administrativos e legais próprios, de competência do Poder Público.

§ 3º - O tombamento, instituto jurídico de proteção especial, será aplicado a bens culturais e naturais de valor excepcional, mediante procedimentos estabelecidos pela legislação vigente.

§ 4º - A conservação visa assegurar a integral salvaguarda dos bens culturais, mediante a elaboração de projetos de legislação urbanística e de uso e ocupação do solo que viabilizem a sua preservação, para proposição, à Administração Municipal, bem como a adoção de medidas técnicas próprias ou a execução de obras de intervenção, com a mesma finalidade.

§ 5º - Os bens culturais de notória relevância e que apresentem risco comprovado de irreparável destruição ou descaracterização poderão ser objeto de desapropriação.

Art. 17 - A proteção prévia, prevista no inciso III do artigo 15, equivale ao tombamento, até que seja expedida a deliberação do Conselho, quanto à proposta definitiva de tombamento, a qual deverá ser publicada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da medida de proteção, sob pena de se tornar esta sem efeito.

§ 1º - A proteção prévia se dá a partir do recebimento, pelo proprietário, da notificação do Conselho.

§ 2º - O proprietário poderá impugnar o tombamento, no prazo de 15 (quinze) dias do recebimento da notificação, apresentando suas razões ao Conselho que, em igual prazo, contado a partir da data de recebimento do pedido de impugnação, manifestar-se-á confirmando ou não o tombamento e fundamentando suas contra-razões.

§ 3º - Convencido do tombamento, o Conselho fará publicar a sua deliberação.

Art. 18 - O COMPHAC será composto dos seguintes membros, observada a representação paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil :

I - Representantes do Poder Público;

a) Secretário Municipal de Cultura, que é seu presidente;

b) Secretário de Planejamento;

c) Assessor Especial de Turismo;

d) 1 (um) representante do Departamento de História ou do Departamento de Artes da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

II - Representantes da Sociedade Civil:

a) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros;

b) 01 (um) representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB;

c) 01 (um) representante dos Grupos de Espeleologia e Arqueologia do Município de Montes Claros;

d) 01 (um) representante das entidades e organizações não-governamentais de cunho cultural do Município de Montes Claros.

§ 1º - Cada membro do COMPHAC terá um suplente que o substituirá em caso de falta ou impedimento.

§ 2º - O mandato dos membros do COMPHAC a que se referem os incisos I, alínea "d" e II, alíneas "a", "b", "c" e "d" será de 2 (dois) anos, podendo ser renovado para o período de mais um mandato.

§ 3º - Os membros do Conselho serão nomeados por decreto do Prefeito Municipal e por este empossados.

Art. 19 - A Secretaria Municipal de Cultura prestará suporte técnico e administrativo indispensável ao funcionamento do COMPHAC, inclusive no tocante às instalações, equipamentos e recursos humanos necessários.

Parágrafo Único - Os outros órgãos e entidades da Administração Municipal prestarão ao COMPHAC, quando solicitados, o assessoramento e o apoio administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 20 - Para a consecução de sua finalidade, o COMPHAC poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e contratos com órgãos e entidades da administração direta e indireta federal, estadual ou municipal, ou entidade de direito privado, desde que autorizado pelo Executivo Municipal, nos casos em que desses instrumentos resultem despesas para o município.

Art. 21 - O Conselho funcionará na forma de seu regimento interno.

Parágrafo Único - O regimento interno deverá ser submetido ao Prefeito Municipal que o aprovará por meio de decreto.

Capítulo IV
Da Criação e Produção Cultural



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

Art. 22 - O município, com vistas à dinamização das atividades culturais, adotará medidas para:

I - no âmbito administrativo:

a) reduzir as exigências para a contratação de pessoal especializado, a fim de desempenhar tarefas de caráter transitório;

b) simplificar os procedimentos necessários à cessão ou locação de espaço público para a realização de evento cultural;

c) ajustar a política de pessoal às necessidades específicas das atividades artísticas e técnicas permanentes;

II - no âmbito das ações voltadas para a sociedade:

a) criar e ampliar os espaços destinados à produção cultural;

b) formar e treinar pessoal técnico especializado em produção cultural, por meio da promoção de cursos abertos à comunidade.

Art. 23 - O espaço esportivo ou de lazer a ser construído ou reformado total ou parcialmente com recursos públicos, deverá possuir estrutura técnica necessária à realização de evento ou espetáculo cultural, garantindo assim a multifuncionalidade dos espaços.

Parágrafo Único - A construção ou reforma de espaço cultural a ser realizada total ou parcialmente com recursos públicos, depende da aprovação técnica da Secretaria Municipal de Cultura.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Cultura promoverá, anualmente, a Festa Nacional do Pequi e o Festival Folclórico de Montes Claros.

Parágrafo Único - Os eventos referidos neste artigo terão como objetivo primeiro a divulgação, o resgate e a valorização da cultura regional em suas diversas manifestações e a discussão dos problemas ambientais regionais, bem como a busca de soluções para os mesmos, com vistas ao desenvolvimento integral da região norte-mineira.

Capítulo V

Da Organização da Política Cultural e do Plano Municipal de Cultura

Art. 25 - As atividades referentes à implantação e desenvolvimento da Política Cultural do Município de Montes Claros serão realizadas sob a forma de sistema denominado Sistema Municipal de Cultura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

Art. 26 - Integram o Sistema Municipal de Cultura:

- I - a Secretaria Municipal de Cultura;
- II - o Conselho Municipal de Cultura e;
- III - o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.

§ 1º - A Política Cultural do Município de Montes Claros será coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura, com a participação do Conselho Municipal de Cultura, nos termos da legislação específica.

§ 2º - A proteção do Patrimônio Cultural será coordenada pela Secretaria Municipal de Cultura com a participação do COMPHAC.

§ 3º - São considerados órgãos de apoio ao sistema os que, integrados à estrutura da administração direta e indireta do município, possam prestar colaboração técnica, cultural e administrativa - quando solicitados - às atividades culturais do município.

Art. 27 - A Secretaria Municipal de Cultura, com a aprovação e participação do Conselho Municipal de Cultura, elaborará, anualmente, o Plano Municipal de Cultura.

§ 1º - O Plano Municipal de Cultura deverá articular-se com as políticas municipais de educação, meio ambiente, desenvolvimento econômico-social, urbanismo e turismo, garantindo a ampla participação da sociedade civil na sua discussão e elaboração.

§ 2º - O Plano Municipal de Cultura conterá planejamento específico para as áreas de folclore, música, teatro, proteção do patrimônio cultural, literatura, bem como de outras áreas consideradas relevantes pela comunidade, sem prejuízo do planejamento comum.

§ 3º - O planejamento específico para área de proteção do patrimônio cultural deverá ter a participação e aprovação do COMPHAC.

Capítulo VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 28 - O Executivo enviará à Câmara Municipal, no prazo de 120 dias a contar da data da publicação desta Lei, projeto de lei criando o Conselho Municipal de Cultura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS (MG)

Av. Cula Mangabeira, nº 211, CEP 39.401-002 Montes Claros - MG.

- Consultoria Jurídica -

Art. 29 - A Secretaria Municipal de Cultura realizará, periodicamente, censo cultural, destinado ao conhecimento e registro dos bens e atividades relacionados com a cultura montesclarenses, devendo organizar e divulgar as informações obtidas.

Art. 30 - As Secretarias Municipais de Cultura e de Educação desenvolverão, nas escolas municipais de ensino fundamental, programas conjuntos, destinados a alunos e professores, voltados para:

I - o conhecimento, valorização e preservação da cultura local e regional, bem como do patrimônio histórico, artístico e natural;

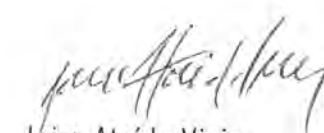
II - o desenvolvimento do potencial de criação artística dos alunos.

Art. 31 - O Conselho Municipal de Cultura, mediante resolução, definirá os critérios pelos quais serão identificados como de interesse cultural os bens e áreas de que trata essa Lei.

Art. 32 - Será punido administrativamente o servidor público municipal que, por ação ou omissão, provocar destruição, mutilação ou transferência ilegal de bem, edificação ou sítio, ou de seus entornos, integrantes do patrimônio cultural montesclarenses, sem prejuízo das demais sanções penais e civis cabíveis.

Art. 33 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.041, de 26 de maio de 1992, e a Lei nº 1.529, de 22 de abril de 1985.

Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG), 22 de abril de 1999.


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito Municipal



PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.228, de 31 de maio de 2.004.

***MODIFICA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL
Nº 2.705, DE 22 DE ABRIL DE 1.999.***

A Câmara Municipal de Montes Claros(MG), aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Art. 18, seus incisos, alíneas e parágrafos, da Lei Municipal nº 2.705, de 22 de abril de 1.999, que trata da composição e organização do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros-COMPHAC, passam a ter o seguinte teor:

“Art. 18 - O COMPHAC será composto dos seguintes membros, observada a representação paritária entre o Poder Público e entidades não-governamentais:

I - Poder Público:

- a) Secretário Municipal de Cultura;
- b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação;
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - Entidades Não-Governamentais:

- a) 01 (um) representante das Instituições de Ensino Superior sediadas em Montes Claros;
- b) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros;
- c) 01 (um) representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil;
- d) 01 (um) representante de Entidades e Associações Cívicas, de cunho cultural, de Montes Claros.

§ 1º - Cada membro do COMPHAC terá um suplente que o substituirá em caso de falta ou impedimento.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

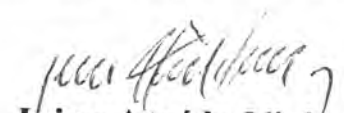
§ 2º - Os membros do Conselho serão nomeados por Decreto do Prefeito Municipal, sendo o Secretário Municipal de Cultura seu membro nato.

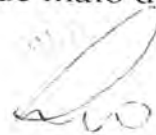
§ 3º - O mandato dos membros do COMPHAC a que se referem o inciso I, alíneas b, c e d e inciso II, alíneas a, b, c e d, será de 02 (dois) anos, admitida a recondução.

§ 4º - O COMPHAC será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução por igual período.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros(MG), 31 de maio de 2.004.


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito de Montes Claros



MUNICIPIO DE MONTES CLAROS – MG.

GABINETE DO PREFEITO

Av. Cula Mangabeira, nº 211 – Montes Claros – MG – CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), em 09 abril de 2013.

Exmo. Sr.

Vereador Antônio Silveira de Sá (Dr. Silveira)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 81 /2013

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **“ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.075, DE 22 DE ABRIL DE 1999, REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 3.228, DE 31 DE MAIO DE 2004 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**.

O presente projeto de lei visa alterar a composição e organização do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros - COMPHAC, que passará a ser denominado Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Montes Claros – COMPAC, com o objetivo de adequá-lo à atual realidade do município e, assim, possibilitar uma atuação mais efetiva do conselho.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração

Montes Claros(MG), 09 de abril de 2013.


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

EMENDA AO PROJETO LEI Nº 048/2013

"EMENDA O PROJETO DE LEI Nº 048/13"

EMENDA 1 – Altera a redação do artigo 2º, que passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 2º – Nos artigos 6º, 7º, 8º, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 26 e 27, da Lei 2.705 de 22 de abril de 1999, onde consta a denominação Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Montes Claros – COMPHAC, passa a constar Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Montes Claros – COMPAC."

EMENDA 2 – Acrescenta artigo 3º, com a seguinte redação:

"Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, **especialmente a Lei Municipal nº 3.228, de 31 de maio de 2004**, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Montes Claros - MG, 12 de abril de 2013

Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

Gabinete do Prefeito

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

Montes Claros (MG), 12 de abril de 2013.

Exmo. Sr.
Vereador Antônio Silveira de Sá
DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 103 /2013
Assunto: encaminhamento de emenda ao projeto de Lei .


Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da dought Câmara Municipal, a inclusa emenda que: **"EMENDA O PROJETO DE LEI Nº 48/13"**.

A presente emenda ao Projeto Lei se mostra pertinente em virtude da necessidade individualizar os artigos da lei que constam a antiga denominação do Conselho adequando sua redação.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Ruy Adriano Borges Muniz
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 048/2013 QUE “ Altera a Lei Municipal nº 2.705, de 22 de abril de 1999, Revoga a Lei Municipal nº 3.228, de 31 de maio de 2004 e dá Outras Providências.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento altera a Lei 2.705/1.999.

A iniciativa para alteração de Leis que versem sobre Conselhos Municipais é do Executivo, sendo que também não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Há que se ressaltar que existe um erro de digitação no referido projeto de Lei, tendo em vista que traz a Lei 2.075 e não 2.705, entretanto, nota-se que se trata de erro formal, já que a cópia da lei encaminhada, data e outros elementos demonstram se tratar da Lei 2.705, o que não inviabiliza o referido projeto de lei.

Assim, não se vislumbra nenhuma ilegalidade no referido projeto, no seu objetivo ou em sua iniciativa.

Em face ao exposto, somos de parecer que o Projeto de Lei é legal, constitucional.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 17 de abril de 2013.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 048/2013 QUE “Altera a Lei Municipal nº 2.705, de 22 de abril de 1999, Revoga a Lei Municipal nº 3.228, de 31 de maio de 2004 e dá Outras Providências.”, de autoria do Executivo Municipal.

Emenda enviada à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se vislumbra qualquer ilegalidade ou vício de iniciativa na referida emenda, razão pela qual somos de parecer que a emenda é legal, constitucional e atende a forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG, 17 de abril de 2013.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 48/2013

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “ Altera a Lei Municipal nº 2.705, de 22 de Abril de 1999, Revoga a Lei nº 3.228, de 31 de Maio de 2004 e dá outras providências”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 09/04/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 10/04/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata o Projeto de Lei de alteração da Lei Municipal nº 2.705, de 22 de abril de 1999 e revogação a Lei nº 3.228, de 31 de Maio de 2004.

Constata-se as seguintes alterações: o Conselho Municipal do Patrimônio passará a ser composto por 07 (sete) representantes do Poder Público e 08(oito) representantes da Sociedade Civil, totalizando 15(quinze) membros, ao invés de 08(oito), com dispunha a lei Lei nº 3.228, de 31 de Maio de 2004; altera o nome do Conselho, que passará a ser denominado “Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Montes Claros – COMPAC” e cria, no art. 4º do PL, a competência para que o Conselho supervisione o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Montes Claros – FUMPAC, nos termos da Lei 4.195, de 23 de dezembro de 2009.

Examinando a matéria, a Comissão entende que a matéria não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e /ou constitucionais. Entretanto, em relação à redação, sugere a correção da ementa, constando o número correto da lei a ser alterada que é 2.705, de 22 de abril de 1999.

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade, do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2013.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira _____

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 48/2013

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “ Altera a Lei Municipal nº 2.705, de 22 de Abril de 1999, Revoga a Lei nº 3.228, de 31 de Maio de 2004 e dá outras providências”.

I- RELATÓRIO

As proposições foram distribuídas à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 16/04/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 17/04/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

EMENDA 1 - Trata a Emenda de alterar a redação do do art. 2º do Projeto de Lei, para constar nos artigos mencionados a nova denominação do “Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Montes Claros – COMPAC”.

Não se observa nenhuma ilegalidade nem na iniciativa, nem no objeto da respectiva proposição.

EMENDA 2- É a mesma para acrescentar o art. 3º com as cláusulas de revogação e publicação, antes previstas no art. 2º.

Não se observa nenhuma ilegalidade nem na iniciativa, nem no objeto da respectiva proposição.

III – CONCLUSÃO

Diante do Exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade das referidas Emendas.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2013.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva _____

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira _____

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: _____